



DOCENTES SEXUADAS: MULHERES LÉSBICAS E PRÁTICA DOCENTE

Ariane Celestino Meireles¹

Resumo: Pesquisa realizada com professoras lésbicas e bissexuais do ensino infantil e fundamental do município de Vitória (ES) acerca de suas práticas docentes nos temas gênero, sexualidade e enfrentamento à homofobia. Revela que a ocultação da lesbianidade e a supercompensação expressa no perfeccionismo exagerado do trabalho docente funcionam como blindagem para garantia da integridade moral e respeito profissional na escola. Apresenta flagrantes de assédio moral vividos pelas professoras e aponta possibilidades de superação dos preconceitos sexuais com docentes lésbicas.

Palavras-chave: professoras lésbicas, lesbofobia, homofobia, preconceito.

“[...] Uma professora que, entre tantas outras características, é lésbica, correrá o risco de ser vista, antes de tudo (ou somente) como ‘professora lésbica’ – e, quem sabe por isso, menos professora [...]” (RIBEIRO, 2009, p. 204).

A pesquisadora Paula Ribeiro traz uma reflexão que se fez presente durante a pesquisa que realizei com professoras lésbicas e bissexuais que trabalham em escolas públicas do ensino infantil e fundamental da Prefeitura Municipal de Vitória, onde me situo, também, como professora. Nesta reflexão, infere-se que a representação social sobre as mulheres lésbicas as empurra para um lugar abjeto de desconfiança sobre sua capacidade profissional e sua conduta moral pelo simples fato de não obedecerem à norma heterossexual amplamente difundida. Tal representação reflete na subjetividade das professoras entrevistadas e influencia sobremaneira suas ações pedagógicas e políticas nas escolas em que atuam. A percepção das conseqüências dessas representações somada à escassa produção acadêmica sobre mulheres lésbicas dada à invisibilidade destes sujeitos foram importantes motivos a provocar o interesse pela pesquisa, já por mim observados na condição de pesquisadora e integrante do movimento social de lésbicas feministas Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), e confirmado com as palavras de Junqueira (2009, p.32)

A invisibilidade lésbica materializa-se tanto no **menor número de estudos e pesquisas sobre a vivência lésbica** – quando comparados aos estudos sobre a homossexualidade masculina – quanto no maior número de homens com visibilidade social e militância homossexual ostensiva.

¹ Mestra em Política Social – Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPS-UFES). Email: arianemeireles@globo.com

[...] A visibilidade lésbica (mais do que a feminina em geral) foi excluída ao longo da História (e na historiografia), nos discursos sobre a sexualidade, a homossexualidade, a militância e a diversidade em geral. Vetores discriminatórios que operam no mundo social contra as mulheres em geral acirram-se no caso das mulheres lésbicas [...] (grifo meu).

Um outro importante motivo pelo interesse na pesquisa foi o lugar que a cidade de Vitória ocupa no cenário nacional como capital mais homofóbica no campo escolar (Abramovay, 2004). Me perguntei como as professoras lésbicas, que também são “controladas” pela vigilância das fronteiras de gênero, lidam com as questões cotidianas da escola no campo da sexualidade, das relações de gênero, da homofobia. Constatei, nesta investigação, uma afirmação já percebida ao longo dos anos de convivência com mulheres lésbicas e bissexuais (não ativistas) nas ações do ativismo social: o receio da visibilidade. Este se mostrou um dos maiores desafios para a efetivação da pesquisa “Políticas públicas em educação para a diversidade sexual e práticas docentes de professoras lésbicas na escola: notas sobre a cidade de Vitória”. Foram contatadas 9 professoras lésbicas e bissexuais, havendo 5 delas expressado recusa na participação e 4 aceitaram ser entrevistadas.

Entendo que a negação desse grupo em participar da pesquisa, longe de significar uma perda para este trabalho, significou a abertura de novo campo de investigação, também pouco estudado academicamente e que me desperta particular interesse: as consequências da lesbofobia/homofobia na saúde psíquica de mulheres lésbicas. O medo de ser descoberta, a apreensão, a vergonha, a negação da homossexualidade, as máscaras para ocultar a orientação sexual (uso de acessórios femininos, invenção de história de namorado ou noivo), enfim, o estresse cotidiano em razão do medo da “descoberta do segredo” afeta sobremaneira a saúde mental das mulheres lésbicas². Este é apenas um campo que me chama a atenção, no entanto compreendo as recusas como uma vasta possibilidade de investigação com vistas a conhecer as subjetividades das mulheres lésbicas e pensar políticas que minimizem ou eliminem a lesbofobia/homofobia internalizadas e manifestas em todos os espaços sociais.

Nenhuma das professoras contatadas atuam no movimento social de lésbicas ou LGBT e com todas elas foi marcante a preocupação com a garantia do anonimato e o medo da visibilidade. O receio da visibilidade foi o argumento principal das professoras do “grupo de

² Sobre isso, ver: Regina Facchini; Regina Maria Barbosa: Dossiê saúde das mulheres lésbicas: promoção da equidade na integralidade, da Rede Feminista de Saúde, 2006.

recusa” e a pesquisa com estas mulheres evidenciou que esta preocupação afeta algumas dimensões da vida, desde a saúde psíquica expressa no desconforto mental ao esmerado empenho nas funções pedagógicas, que funciona como um recurso para compensar a “falha moral” da lesbianidade (Castañeda, 2007). Uma das professoras entrevistadas ilustra bem esta “compensação” de que trata a autora:

Porque eu sei, enquanto profissional de educação física, eu mando muito bem meu recado. Então, talvez seria um ponto assim, para eles perceberem que o homossexual não é doente, que o homossexual ele é competente, e que isso não é um problema. Não é um problema, é só uma diferença. E que não interfere no meu jeito de ser, com o meu lidar com criança, com o modo de lidar com os meus colegas de trabalho e nem no meu trabalho em si. Por isso eu capricho mesmo, sou excelente professora. Ninguém pode falar mal da minha competência (professora Sol).

As professoras entrevistadas se autoneomaram com os pseudônimos Flor (área de conhecimento: pedagogia), Sol (educação física), Mel (história) e Purpurina (língua portuguesa), na intenção de omitir suas identidades reais face às exigências éticas de estudos científicos com seres humanos e a preocupação pessoal das entrevistadas com o anonimato. Uma primeira evidência do estudo foi a dificuldade das professoras, tanto as do grupo de recusa quanto as depoentes, em nomear-se como lésbicas. A falta de informação sobre a origem da palavra lésbica, infiro, pode ser um dos argumentos destas professoras em não nomear-se, o que corresponde ao que afirma Aquino (1995, p.34) quando diz que reivindicar-se lésbica parece ser privilégio de ativistas feministas:

Se o termo homossexual foi aceito e incorporado por aquelas mulheres que optam por relacionar-se sexual e afetivamente com outras mulheres, o mesmo não acontece com o termo lésbica. A autoidentificação como lésbica parece ser um "privilégio" das homossexuais feministas que, ao se reconhecerem assim, procuram enfatizar o aspecto político da opção (*sic*) homossexual: a recusa, na prática, da relação de poder estabelecida pela heterossexualidade, onde o homem domina a mulher.

Quando perguntadas sobre a orientação sexual, as professoras entrevistadas responderam *homossexual* (Sol), *bissexual* (Flor), *em cima do muro* (Purpurina) e *não me encaixo em nenhuma das letrinhas* (Mel), nas suas palavras. A inferência de Aquino sobre o uso da expressão lésbica por ativistas é ilustrada nas palavras de uma ativista do Grupo Ação Lésbico Feminista (GALF) publicadas no boletim Chanacomchana (1983, p. 1):

[...] A palavra lésbica deriva de Lesbos, ilha grega onde viveu uma das maiores poetisas da Antiguidade, Safo, cuja obra sobreviveu ao tempo e à repressão da misoginia cristã, embora fragmentariamente, mas que simbolizou e ainda simboliza, não só o amor entre mulheres, mas, também, principalmente, a revolta contra a opressão masculina que sempre deu às mulheres o papel de escravas e meros aparelhos de reprodução. Safo imortalizou o amor entre mulheres em poemas de extremo brilho, ultrapassando, em muito, os objetivos da preparação para o casamento propostos pelos círculos femininos onde se ensinava arte às mulheres, em sua época. De sua coragem e seu amor pelas mulheres, na ilha de Lesbos, surgiu esta palavra tão ‘mal-dita’ que o sistema patriarcal constantemente procura deturpar. Para nós, portanto, nos

autodenominarmos lésbicas representa não só uma forma de afirmação de nossa sexualidade específica, mas, muito mais que isso, significa uma postura política de recusa ao papel submisso e dependente atribuído às mulheres e uma proposta de desobediência e autonomia na busca de novas formas de ver o mundo. (grifo meu).

A submissão de que trata a ativista acima citada resulta, também, da pouca visibilidade das mulheres na história, o que Navarro-Swain (2004, p. 15) chama de política do esquecimento. Nesta política do esquecimento, a história é escrita por quem detém o poder e a sua eficácia se apresenta no empoderamento masculino e, por outro lado, na subjugação feminina na história. “[...] Apaga-se ou se destrói o que não interessa à moral, às convicções, aos costumes, à permanência de tradições e valores que são dominantes em determinada época”. Se as mulheres de um modo geral fora “apagadas” da história, as lésbicas, em especial, sequer são mencionadas.

A invisibilidade das mulheres lésbicas é uma questão inquietante e quase sempre resulta do receio dessas mulheres em sofrer alguma expressão de violência por exporem sua identidade sexual. Essa pouca visibilidade se estende a outras dimensões sociais para além da escola incluindo a família, o mundo acadêmico, os espaços de lazer e na atenção à saúde, para citar algumas. Infiro que as pressões sociais sobre as mulheres em geral e sobre as mulheres lésbicas e bissexuais em particular são determinantes para este comportamento de omissão da orientação sexual e, também, da recusa em se reivindicarem lésbicas ou bissexuais como sujeitos políticos. O ocultamento da lesbianidade, o medo de falar de si, a negação da sexualidade surgem como resultado, entre outros tipos, da violência simbólica e psicológica a que as mulheres de modo geral estão sujeitas unicamente por serem mulheres, mas ulteriormente agravadas quando outros marcadores sociais incidem sobre seu gênero, como a orientação sexual e raça, para citar dois exemplos.

Valéria Busin (2008, p. 68) destaca que “[...] é útil recordar que as mulheres, de forma geral, internalizam ensinamentos de submissão e se sentem culpadas até mesmo quando sofrem agressões, incluindo aí o estupro”. Somada a essa ideia, há que se considerar que muitas pessoas lésbicas, gays, bissexuais ou transexuais se descobrem portadoras de um estigma por entenderem que sua orientação sexual as desqualifica frente a outras pessoas consideradas “normais”; em outras palavras, sentem-se inferiorizadas diante das pessoas heterossexuais. Para Erving Goffman (1998), esta percepção de si contribui para que tenham sua identidade social deteriorada e sua autoimagem negativa. Acrescento às reflexões da percepção negativa de si enquanto lésbica ou bissexual a potência do fundamentalismo cristão, que contribui de forma

significativa para demarcar um campo de normalidade e legitimidade em relação à sexualidade, com ideias muito precoces de pecado, vergonha e culpa que marcam profundamente a vida dessas mulheres e desenham um modo clandestino de sobrevivência, dadas as possíveis consequências de uma lesbianidade revelada. Sobre isso, a professora Flor comenta:

E aí nós ficamos muito vulneráveis a um pensamento muito forte na sociedade, de origem fundamentalista, né? Vivemos numa sociedade extremamente cristã. Vitória então, e o Espírito Santo de um modo geral, é extremamente cristão. Então não há espaço para a expressão de uma sexualidade diferenciada daquela que segue os padrões.

O recurso do ocultamento usado pela professora Flor para viver uma vida *menos vulnerável* dada as consequências negativas que podem advir da lesbofobia, considerando sua bissexualidade (como ela se define), é acrescido de um outro recurso por ela e por muitas outras mulheres lésbicas e/ou bissexuais também usado: marcar a feminilidade a partir dos estereótipos difundidos socialmente, na perspectiva de *não levantar suspeitas*.

Mas também tem outra coisa, né? Eu busquei também potencializar o meu lado feminino, o meu lado mulher. Exatamente porque existe um estereótipo de que a mulher lésbica é masculina, né? Então este foi um lado meu que eu trabalhei muito, trabalho muito, gosto muito de ser muito feminina, e talvez seja também uma forma de esconder o outro lado também, porque quando as pessoas veem uma mulher extremamente feminina, não passa pela cabeça delas que existe uma outra expressão sexual ali sendo vivenciada, né?

A professora Flor, assim como as outras professoras entrevistadas e as professoras do “grupo de recusa”, não assume abertamente sua lesbianidade ou bissexualidade em espaço público. Assim, sempre que sai com sua namorada, ambas portam-se como amigas. No trabalho, nunca a leva para as festinhas de fim de ano e nem tampouco ostenta fotografias do casal nas mesas, carteiras pessoais ou telefone celular, como acontece com grande parte das mulheres lésbicas ou bissexuais. No entanto, a ocultação da lesbianidade nem sempre garante a tranquilidade na escola, uma vez que qualquer “atitude suspeita” como ser vista com uma “amiga” de tipo masculinizada ou mesmo usar roupas pouco femininas pode provocar assédio moral.

HOMOFOBIA INSTITUCIONAL: O ASSÉDIO MORAL CONTRA PROFESSORAS LÉSBICAS E PROFESSORES GAYS

A pesquisadora Déborah Britzman (1996) elenca alguns mitos que transitam o imaginário social acerca das pessoas homossexuais e destaca aquele que sugere que a simples presença da pessoa homossexual (no caso, a professora lésbica) pode “recrutar” outras jovens a tornarem-se, também, lésbicas. Este mito, muito presente no ambiente escolar, associa-se à idéia de promiscuidade e pedofilia, também perniciosamente associada às pessoas homossexuais como expressão da homofobia. A ideia preconceituosa de que a pessoa homossexual é hipersexualizada é recorrente no imaginário social. Como afirma Bortolini (2008, p. 25), esta é uma

[...] idéia que entende ainda a homossexualidade como uma perversão sexual [...]. Nessa lógica, se misturam homossexualidade e pedofilia, coisas completamente diferentes. A maioria dos abusos sexuais registrados são cometidos por homens contra meninas, ou seja, por heterossexuais. Esta associação é extremamente absurda e é a causa de muito da discriminação e da violência a que são submetidas pessoas homossexuais.

Em nome desse imaginário homofóbico, diretoras de escola e colegas de trabalho sentem-se autorizadas(os) a questionar a idoneidade moral de professoras lésbicas, como ilustram as entrevistadas abaixo:

Olha só, eu tive uma experiência pessoal também como professora da educação infantil. Enquanto professora da educação infantil eu fui vítima de um preconceito muito grande de uma escola do município de Vitória. Uma escola com profissionais com característica extremamente cristã, né... neste momento eu conheci a minha companheira, e era uma pessoa que ia me buscar na escola. Geralmente no final da tarde, não era todos os dias, mas uma vez por outra ia me buscar. Então eu fui chamada na sala da diretora e ela me disse que era pra eu tomar muito cuidado com as minhas atitudes na escola porque os professores estavam fazendo comentários muito desagradáveis a meu respeito, inclusive na sala dos professores. E aí o meu posicionamento com ela naquele dia foi de... eu perguntei a ela em que momento ela tinha alguma queixa a fazer sobre a minha atuação enquanto profissional naquela escola. Ela disse que nenhuma, que eu era uma profissional excelente, muito competente, eu pertencia ao conselho de escola, que eu era uma referência na escola. Aí eu disse pra ela: qual foi o dia que eu cheguei atrasada na escola? Ela disse nenhum. Qual foi o dia que eu faltei e não avisei, não comuniquei à escola? Também não há registro disso. Eu disse a ela: então, olha só, o que diz respeito à minha vida particular e pessoal, diz respeito à minha vida. Em que momento eu tive alguma atitude que viesse a desabonar o meu caráter aqui na escola, que colocasse as pessoas em dificuldade? Ela disse assim: nunca. E eu perguntei: e qual foi o dia em que esta pessoa a quem você se refere (eu já disse que era minha companheira, né?), entrou na escola? Também nenhum dia. Eu disse: então, olha, você vá dar o recado para esses professores que estão fazendo esses comentários que, se isso continuar acontecendo, eu irei abrir um processo contra esta escola, contra a sua administração e contra esses professores. Porque não há nada na minha conduta que venha a denegrir a minha

imagem. Agora a minha vida pessoal diz respeito à mim e eu não admito que ninguém se intrometa (professora Flor).

A atitude de enfrentamento da situação vivida pela professora Flor nos remete a tecer algumas considerações: Flor demonstra ter uma constituição emocional sólida para se dispor de maneira decisiva diante da situação vivida. Os estudos lésbicos apontam que muitas mulheres se omitem frente a situações semelhantes a esta em função da internalização de subvalores pelos quais as mulheres geralmente são socializadas e as mulheres lésbicas, em especial, como mencionamos neste estudo; a professora aparenta ter conhecimento a respeito dos direitos conferidos às pessoas LGBT, posto que informa à diretora que recorrerá a um órgão de defesa dos direitos humanos para efetuar denúncia. Esta atitude chama a atenção, posto que “muitas pessoas sequer conhecem os espaços de direitos, sequer sabem que têm direitos reconhecidos como lésbicas, gays ou pessoas trans. Muitas vezes, ainda, quando sabem que existe o órgão, não acionam porque temem a visibilidade” (Leyse CRUZ, 2011³).

A professora Mel também traz uma experiência de assédio moral vivida na escola de educação infantil onde atuou:

Olha, nunca me trataram diferente assim, na cara. O que já ouvi são comentários sobre mães homossexuais, sobre pais gays das crianças. De chegar a ver um tratamento diferente, não. Mas comentários bem chulos, bem preconceituosos, sim. Inclusive comigo, na escola que eu trabalhei o ano passado à tarde, é...a diretora me procurou, num período em que eu não tava dentro da escola, ela me procurou e começou a me questionar algumas coisas. Aí eu falei com ela: pergunte o que você quer saber que eu vou te falar. Até que eu falei isso várias vezes e ela me perguntou. Eu falei pra ela, né, que eu era, como era e tal. Tempos depois, ela vem me procurar novamente para uma outra conversa. Aí eu falei: bom, tem alguma coisa errada. E aí ela me questionou se eu tinha aberto a minha opção (sic) sexual, a minha situação, para alguma outra professora. Eu falei que não, que a única pessoa que sabia era ela. E ela comentou que numa rodinha, no horário de recreio entre as professoras, houve comentário a respeito. Um comentário, que segundo ela, foi um comentário bem baixo. Então assim, de presenciar esta discriminação, eu não presenciei. Mas que esta discriminação acontece nas nossas costas ou nas costas da família, isso acontece sim. Abertamente não.

O questionamento sobre a orientação sexual da professora Sol, pela diretora da escola, revela um pensamento de fundo que se atualiza na escola cotidianamente e que é denunciado nas palavras de Carrara (BRASIL, 2009, p. 140) ao afirmar que “[...] professoras/es e funcionárias/os também são vítimas deste tipo de discriminação [...]”.

³ Entrevista concedida por ocasião da pesquisa de mestrado. Leyse Cruz é coordenadora de políticas de direitos humanos para LGBT da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Vitória.

No seu relato, a professora Mel revela a experiência vivida numa escola em que atuou, apresentando emblemática situação de homofobia em que um professor foi alvo de ataque de estudantes. Assim descreve a situação:

[...] a gente teve um professor lá que foi uma passagem relâmpago. O professor até com uma formação muito boa, com mestrado... professor de português. Era um professor homossexual, um gay, com muito jeito de gay, com todo o estereótipo, características, traços, né? E eu me lembro que, este professor, os alunos, assim, acabavam com ele... como todo professor gay sofre isso. Os alunos ridicularizavam ele. Eu acho que ele não ficou nem uma semana. Ele chegou num ponto, que ele abandonou, ele saiu correndo da escola e foi embora, foi embora. Não ficou. Largou. “Eu não fico mais neste lugar!” ele gritava. Ele deixou pauta, deixou tudo, foi embora e aí eu tinha amigos em comum com ele. E ele se traumatizou. Ele falou: nunca mais quero dar aula pra crianças, nunca mais vou pisar neste lugar, nunca mais quero passar por isso. [...] ele saiu daquele perigo que era... o que todo professor passa, que é um professor gay começar a dar aula.. .porque os meninos pegam no pé mesmo (Professora Mel).

A afirmação da professora Mel de que “todo professor gay” passa por situação de homofobia na escola é passível de muito questionamento pelo que temos visto até aqui e que a limitação de espaço neste artigo não permite tecer maiores comentários. No entanto, é importante destacar que a questão fundamental não se relaciona ao “jeito gay” do professor ou da sua indisposição para enfrentar o assédio, mas do silêncio da escola frente o gravíssimo caso de homofobia institucional ali presenciado. Mel relata em seguida que

Isso aconteceu e ninguém, é... ninguém colocou isso em crítica, entendeu? Ninguém parou pra discutir. Todo mundo falava: ah, ele era gay, não aguentou, foi embora. As pessoas não pararam pra pensar, ninguém conversou com os alunos, ninguém se mobilizou.

Este silêncio sobre o fato revela, nas palavras de Guacira Louro (2010), a invisibilidade sobre os homossexuais, na intenção nítida de eliminá-los do ambiente escolar. Neste raciocínio, Britzman (1996, p. 80) alerta para um mito que surge a partir do silenciamento de que tratamos aqui: debater o tema sobre homossexualidades na escola pode encorajar práticas e identificações homossexuais entre alunas e alunos. A autora afirma que este mito assume um caráter preventivo: o não conhecer protege da homossexualidade. A escola, quando se omite em debater este tema mesmo diante da grave situação ocorrida com o professor, parece indicar uma posição política com o “não conhecer” para “proteger” que Britzman denuncia.

A professora Purpurina revela que receia discutir temas relacionados à homossexualidade na escola e raramente se envolve com as questões sobre homofobia,

posto que teme levantar suspeitas sobre si, provocado pelo interesse no assunto. Em suas palavras: *eu acho que pelo fato de eu ser entendida, isso me trava um pouco, porque aí a pessoa vai dizer assim: ela tá defendendo porque é o peixe dela.*

Louro (2010, p. 138), sobre isso, comenta que “[...] se uma pessoa fala, de modo simpático, sobre gays e lésbicas, ela se torna suspeita de ser homossexual” e este sentimento de medo de exposição pode resultar em inibição para debater o tema na escola. A preocupação das professoras lésbicas e/ou bissexuais em silenciar o debate acerca das expressões de discriminação por orientação sexual e de gênero denuncia a escola como lugar de repressão e vigilância. Assumir-se neste espaço não é tarefa fácil, nem para estudantes, nem para professoras ou professores. Louro (2010, p. 30) observa que a escola

[...] é sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual ou bissexual. Com a condição de que só pode haver um tipo de desejo e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, como lugar do desconhecimento e da ignorância.

Acrescento às palavras de Louro que, ademais de lugar de desconhecimento e ignorância, a escola atua como espaço importante de ações homofóbicas legitimadas pelo “bom senso” apregoadado pelo heterossexismo, tornando-se, assim, espaço de homofobia institucional que sujeita professoras, professores, funcionárias, funcionários e estudantes a uma vida clandestina, se homossexuais, e/ou a um desgastante controle da adequação ao estereótipo de gênero para elas e para eles esperado.

CONTROVERSO CAMINHO: VISIBILIDADE PARA GARANTIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A lesbofobia compromete a cidadania das mulheres no país e requer políticas públicas direcionadas para ser superada (Nilcéa Freire).

Trago à memória um trecho da definição de políticas públicas elaborada por Ana Ferraz (2010⁴): “[...] política pública é intervenção do Estado na vida dos membros da sociedade a partir de demandas, pressões e disputas provenientes desta mesma sociedade”. Se as políticas públicas nascem a partir das demandas sociais, é justamente aqui que reside uma grande controvérsia ao tratar-se do tema para a população LGBT: a visibilidade. Abordei a questão da invisibilidade lésbica e as repercussões desse

⁴ Ana Targina Ferraz. Professora titular Programa Pós Graduação em Política Social - UFES

“ocultamento” na vida dessas mulheres e reforço a continuação do raciocínio nas palavras da ex-ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) no enunciado que abre esta seção. Aqui, a conexão entre a visibilidade do sujeito político e a demanda por política pública é importante, diria melhor, essencial.

Sabe-se que a garantia das políticas públicas prescinde de demanda popular dos setores sociais organizados. Por esse motivo, os movimentos de LGBT em todo o Brasil manifestam a necessidade de dar visibilidade à existência lésbica, gay, travesti, bissexual, transexual e outras expressões de identidades sexuais na perspectiva de organizar-se para exigir políticas. Uma das mais contundentes expressões do movimento LGBT por visibilidade são as “paradas LGBT”, manifestos geralmente festivos de afirmação de identidade sexual, reivindicação de políticas públicas e de denúncias de violação de direitos humanos, entre outras intenções. O modo como se manifestam as “paradas LGBT” desperta opiniões diversas e contraditórias no público em geral e também em muitas pessoas que compõem a população LGBT. A visibilidade necessária à organização do segmento é muitas vezes concebida como aberração e resulta em opiniões contrárias ao movimento, muitas vezes expressas em agressões que culminam até em assassinatos, como ilustram os jornais a cada edição das paradas nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo. São os crimes homofóbicos que ocorrem nos espaços públicos e privados em todo o território nacional e que têm ocupado lugar frequente na mídia brasileira, colocando grande parte da sociedade a debater o assunto. Esta reflexão levanta a preocupação acerca das implicações em ser ou não visível, em reivindicar ou não o espaço político e aponta um paradoxo sobre as políticas públicas para LGBT. Mostrar-se para organizar-se e reivindicar direitos é necessário. Mas mostrar-se também pode significar correr riscos.

Abordei até aqui as implicações negativas que a invisibilidade lésbica, materializada na ocultação da sexualidade, acarreta para a saúde psíquica, vida laboral e outras dimensões da existência humana. Esta invisibilidade precede, muitas vezes, uma vulnerabilidade muito presente na vida dessas mulheres, resultando em prejuízo geral, nas palavras de Facchini e Barbosa (2006, p.5)

A invisibilidade individual [das mulheres lésbicas] contribuiria assim para a vulnerabilidade individual dessas mulheres e para a invisibilidade social, que por sua vez dificultaria o atendimento de suas necessidades por parte de programas e políticas públicas, reforçando a vulnerabilidade social e individual.

A homofobia se expressa sobremaneira quando retira a homossexualidade da esfera íntima e privada (em que costuma ser até “tolerada”) e a coloca na cena pública, onde a reivindicação por direitos equivalentes aos heterossexuais torna-se visível. Não é raro ouvir frases como “eu tenho amigos gays, mas eles são superdiscretos, tranquilos, educados, não fazem escândalos”. Ou do tipo: “conheço umas lésbicas super discretas, bem femininas, ninguém diz que são”. Além de vincular a imagem de lésbicas e gays à promiscuidade, escândalos e outros atributos ou comportamentos não aceitos socialmente, esse imaginário invariavelmente remete à ideia de passividade, em que a reivindicação por equivalência de direitos não entra na ordem do dia. Assim, simples atitudes como andar de mãos dadas com a companheira ou companheiro significa afronta à moral, para muitas pessoas. Segundo Borrillo (2010, p. 22), nas sociedades modernas, grupos estigmatizados são simpáticos a grande parte da sociedade. No entanto, esta mesma sociedade “[...] considera inaceitável qualquer política de igualdade a seu respeito”. Marco Prado e Frederico Machado (2008, p. 8) reforçam essa ideia ao afirmarem que as expressões de homofobia se acentuam na medida em que as lésbicas e gays (bem como as pessoas transexuais e bissexuais⁵) passam a visibilizar-se e tornar-se sujeitos reivindicadores de direitos. Para eles, “[...] é a partir da politização das sexualidades que podemos observar o preconceito e os enfrentamentos em torno da visibilidade e dos direitos homossexuais”.

Estas reflexões instigam a questionar o público e o privado nas relações afetivo-sexuais. O que legitima que pessoas de uma determinada orientação sexual possam mostrar-se publicamente e, a partir dessa visibilidade, receber, inclusive, apoio, respeito e admiração de grande parte da sociedade (pessoas heterossexuais casadas, com família nuclear constituída, que demonstram afetos em lugares públicos, que ostentam fotografias de seu par na mesa do escritório, que têm direitos garantidos pela Carta Magna do país), em contraposição a casais de pessoas do mesmo sexo ou mesmo gênero, cujas manifestações de carinho como andar de mãos dadas pela rua ou dar um abraço denota afronta e “falta de respeito” às “pessoas de bem”?

A lesbianidade política, que é parte das teorizações feministas desde a década de 1970 (Lessa, 2008), tem buscado, entre outras prioridades, dar visibilidade à existência lésbica na perspectiva de alterar a ideia difundida de modo distorcido sobre as mulheres lésbicas. No entanto, assim como as demais ações feministas que a história registra, existe, neste movimento, certa elitização, chegando a um restrito quantitativo de mulheres as informações acerca de temas

⁵ A homofobia se estende às pessoas trans e bissexuais ainda que estas não mantenham relações sexuais e afetivas com outras do mesmo gênero em alguns casos. Nestes casos, a homofobia se expressa como a “polícia” no controle dos padrões de gênero.

sobre as implicações políticas de assumir-se enquanto lésbica, inclusive, nomeando-se, como vimos nas linhas iniciais deste artigo.

Como a nomeação dá direito à existência e este é um requisito para a exigência de políticas de equidade, percebo como um grande desafio para o movimento social de mulheres lésbicas alcançar as mulheres que não ocupam lugares privilegiados como a escola ou universidade, por exemplo. Não no sentido de convencê-las a aderir ao movimento social, mas, fundamentalmente, na perspectiva da solidariedade feminista, contribuir para que se tornem sujeitos políticos e cidadãs plenas. Esse papel, no entanto, não cabe tão somente aos movimentos sociais, mas, fundamentalmente, à escola que deve oferecer um currículo não sexista e não homofóbico a todas as(os) estudantes, com perspectivas de equidade de gênero, racial e sexual em todos os momentos pedagógicos.

A orientação sexual como fator facilitador para o debate das questões da sexualidade e outros temas relacionados no fazer pedagógico, entre a maioria das entrevistadas, mostrou-se relevante. A vivência lésbica, segundo as professoras, favorece uma melhor compreensão da importância da questão e amplia as possibilidades pedagógicas, uma vez que as professoras entendem estarem mais “abertas” a compreender a diversidade sexual justamente por situarem-se fora da norma. Concordo, no entanto, com Seffner (2009) quando sugere que uma premissa para o desenvolvimento das atividades pedagógicas sobre sexualidade na escola deve pautar-se no interesse das professoras ou professores – independentes da orientação sexual – pelo tema e que estas(es) sintam-se confortáveis e bem orientados para o desempenho da função. Vincular o exercício da educação sexual aos sujeitos inscritos fora da norma heterossexual traria, entre outras dificuldades, a responsabilidade apenas a estas pessoas, eximindo as demais a terem a mesma responsabilidade com a eliminação da homofobia e dos demais preconceitos sexuais e de gênero que a escola apresenta.

No entanto, tratar do tema da sexualidade, gênero ou homofobia sem observar as reais situações cotidianas em que os sujeitos não universais (não brancos, não cristãos, não heterossexuais, não homens) se encontram apresenta-se como uma perspectiva futura (e utópica) em que as diferenças não sejam transformadas em desigualdades. Em outras palavras, no Brasil e em outros inúmeros países ocidentais, a questão dos preconceitos e discriminações sexuais e de gênero necessitam ser tratadas com políticas públicas focalizadas, que alterem a dinâmica de exclusão e que garanta o exercício pleno da cidadania para todas as pessoas.

Neste artigo em que discutimos as implicações da visibilidade lésbica na vida privada e pública, as repercussões dessa visibilidade diretamente na vida de muitas mulheres, as ações do sujeito político que exige e propõe direitos em diferentes áreas sociais e a relação da orientação sexual com as ações pedagógicas, percebemos um

mosaico de interpretações que configuram a diversidade humana. As limitações deste estudo não permitem percorrer caminhos que aprofundem as subjetividades de cada mulher-lésbica-bissexual-professora que se apresentam às vezes contraditórias, às vezes convictas; algumas vezes temerosas, outras altivas e seguras; algumas vezes aprendizes, outras tantas vezes, mestras. Todas, ao seu modo, buscando fazer da sua existência lésbica ou bissexual uma possibilidade de prazer em viver, garantidas pela coragem de ousar experimentar a sexualidade não normativa, com as dores e delícias que esta ousadia oferece. Todas, ao seu modo, fazendo da docência uma possibilidade de ampliar horizontes para que estudantes e colegas de trabalho estendam os olhares sobre os sujeitos não normativos e façam da docência uma possibilidade de construção de um mundo mais igual para todas as pessoas.

Para muitas(os), esta postura resulta insuficiente e as mulheres lésbicas ou bissexuais que não ousam nomear-se não são consideradas sujeitos políticos; estas não levantam bandeiras e não vão às ruas exigir direitos e fazer protestos com símbolos do movimento lésbico estampados nas flâmulas; não participam dos fóruns de mulheres lésbicas e nem tampouco posicionam-se frontalmente diante de situações de preconceito contra pessoas LGBT e/ou contra si mesmas. Para outras(os), os sujeitos políticos estão em todas estas mulheres. Às que dão resposta com o silêncio e às que se permitem desvendar falando com outras “iguais”; às que mostram indignação frente ao tratamento desigual que estudantes recebem pela orientação sexual fora da norma e às que temem posicionar-se. A todas, o empoderamento é um exercício cotidiano a ser praticado e as políticas públicas na educação sobre sexualidade e gênero se apresentam como poderoso instrumento a favor da construção do sujeito político lésbica.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004.

AQUINO, Luis Octávio R. Discurso lésbico e construções de gênero. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, jan./jun. 1995.

BOLETIM CHANCOMCHANA, São Paulo, GALF, n. 1, 1982.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (Org.). **Homofobia e educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: LetrasLivres : EdUnB, 2010.

BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade sexual na escola**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça** (GPP-GeR), módulo 2. Brasília: SPM, 2010.

BRITZMAN, Deborah P. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 21, n.1, p. 71-96, jan./jun. 1996.

BUSIN, Valéria Melki. Religião, gênero e diversidade sexual: refletindo sobre a violência simbólica e exclusão. In: VAGGIONE, Juan Marco. **Diversidad sexual y religión** (Org.). Córdoba, Católicas por el Derecho a Decidir, 2008.

CASTAÑEDA, Marina. **A experiência homossexual**. São Paulo: A Girafa, 2007.

FACCHINI, Regina; BARBOSA, Regina Maria. **Dossiê saúde das mulheres lésbicas: promoção da equidade e da integralidade**. Rede Feminista de Saúde. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/SECAD, 2009.

LESSA, Patrícia. Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do boletim Chanacomchana. In: **Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero**, Niterói, EDUFF, 2008, p.301-333.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010 .

NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que é lesbianismo?** São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

RIBEIRO, Paula Regina Costa et al. Ambientalização de professores e professoras no espaço escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/SECAD, 2009.

SEFFNER, Fernando. Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/SECAD, 2009.